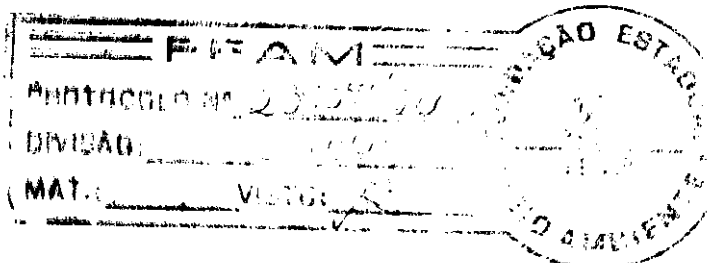


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Parecer Técnico NUCOM: 807/2005
Processo COPAM: 3751/2001/002/2004

| | | |
|--|------------------|--------------------------|
| Empreendedor: Benedito Freitas Drumond Junior | | |
| Empreendimento: Gás MG Comércio e Transportes LTDA | | |
| Atividade: Com. varejista de comb. automotivos derivados do petróleo e álcool. | | |
| Endereço do empreendimento: Av. Tancredo Neves, nº 4350 – B. Caladinho | | |
| Município: Coronel Fabriciano / MG | CEP : 35.171-302 | Porte: pequeno DN 074/04 |
| Pedido de Reconsideração - Auto de Infração nº 01564/2004 | | Infração: gravíssima |

A empresa acima qualificada foi alvo do Auto de Infração número 01564/2004, lavrado em 24/06/2004. A infração tipificada foi: "descumprir os itens II e V do Art 3º, § 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001."

A autuada possui um posto de abastecimento de combustível para abastecimento da frota própria. Por força da Resolução CONAMA 273/2000, de 29-11-2000, a atividade era passível de licenciamento ambiental. A competência do licenciamento ficou a cargo do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, conforme previsto na Deliberação Normativa 50/2001, de 28-11-2001.

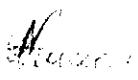

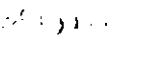
Contudo, em 10/03/2003 a autuada solicitou o cancelamento do FOB (fl. 20) do licenciamento, pois a empresa iria substituir o armazenamento subterrâneo de combustível para armazenamento aéreo de combustível com capacidade de armazenagem de 15.000 litros, ficando assim dispensado licenciamento.

Em 06/10/2003 foi autorizado pela FEAM a substituição do sistema de armazenagem subterrâneo de combustível para sistema aéreo, com anuência para as obras até 10/11/2003 (fl. 21).

A vistoria que motivou este auto de infração foi realizada em 25/10/2003 e o AI foi lavrado em 24/06/2004. Quando da lavratura do AI o empreendedor já havia realizado as adequações em atendimento a legislação ambiental.

No pedido de reconsideração, a autuada Gás MG Comércio e Transportes Ltda, informa que realizou as adequações conforme documentos comprobatórios protocolados na FEAM (fl. 24 a 26).

Diante do exposto, sugere-se a descaracterização do auto de infração, ouvida a Procuradoria da FEAM.

| | | |
|---|---|---|
| Núcleo de Combustíveis – NUCOM | | Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento – DIREM |
| Autor: Maria Helena G. P. Fonseca | Eduardo Luiz de Almeida Bacelar | Diretora: Alice Beatriz Pereira Soares |
| Assinatura  | Assinatura  | Assinatura  |
| Data: 12/08/2004 | Data: 12/08/2004 | Data: 12/08/2004 |



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

| | |
|--------------------------|--------|
| FEAM | |
| Protocolo nº: 0530642012 | 31 |
| Divisão: PRO/PEM | EL. Nº |
| Mat. | Visto |

PROCESSO Nº 3751/2001/002/2004

INTERESSADO: GÁS MG COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.

REFERÊNCIA: Pedido de Reconsideração referente ao Auto de Infração de nº 1564/2004.

PARECER JURÍDICO

1 – A sociedade empresária foi multada pela Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro, por “Descumprir os itens II e V do art. 3º, parágrafo 2º da DN 50 de 28 de novembro de 2001”, no valor de R\$10641,00.

2 - Inconformada com a aplicação da penalidade de multa, a recorrente protocolou seu Pedido de Reconsideração de fls. 17, onde em síntese aduz que:

- após a publicação da DN 50 através da Petrobrás efetuou de acordo com a Resolução CONAMA 273/2000, o registro do SASC, conforme se comprova pelo processo 3751/2001/001/2001;
- ocorreu a substituição do SASC por um Sistema de Armazenamento Aéreo de Combustíveis, constituído por um tanque aéreo de 10 (dez) m³;
- foi providenciada a desativação realizada por empresa contratada pela Agip do Brasil sendo que esta operação de desativação foi executada com o devido acompanhamento ambiental, seguindo todos os procedimentos contidos nas instruções da FEAM;
- solicita a reconsideração da multa aplicada.

3 – O Parecer Técnico NUCOM informa em síntese que a vistoria que motivou a lavratura do auto de infração foi realizada em 25/10/2003 e o AI foi lavrado em 24/06/2004. Quando da lavratura do AI o empreendedor já havia realizado as adequações em atendimento a legislação ambiental.

Por fim, sugere a descaracterização do auto de infração.

4 - Do ponto de vista jurídico o argumento que sustenta a descon sideração da infração cometida pela recorrente não é capaz de descaracterizar a infração cometida. No entanto, o Parecer Técnico, afirma que quando da lavratura do auto já havia ocorrido adequações no empreendimento em atendimento a legislação ambiental, tendo em vista que somente após o decurso do prazo de 8 (oito) meses da vistoria realizada foi lavrado o auto de infração.

O auto de infração deveria ter sido lavrado imediatamente, após a realização da vistoria do local, nos termos do disposto do artigo 16, III, do Decreto 39.424/1998.

“Art. 16 - Aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

- I - efetuar vistoria em geral, levantamentos e avaliações;
- II - verificar a ocorrência de infração;
- III - lavrar de imediato o auto de fiscalização e o de infração, se for o caso, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo".

O fato de ter sido corrigida a irregularidade ambiental após a vistoria e antes da lavratura do auto não descaracteriza a irregularidade constatada.

Em consulta ao *SIAM* encontramos a concessão da AAF em 04-01-2007 para o empreendimento em questão.

O valor atual da multa a ser aplicada deverá ser revisto tendo em vista o Decreto atual que regulamenta a matéria.

O Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

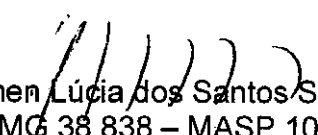
"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

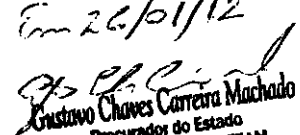
Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 10.001,00 por ser a mais benéfica ao autuado.

Cabe ressaltar, por necessário, que a norma processual de competência tem eficácia imediata, salvo disposição e expressa não retroativa. Sendo assim, o processo deverá ser encaminhado para julgamento pela **Vice-Presidente da FEAM**, nos termos NOTA JURÍDICA Nº 2.036 de 28, de agosto de 2009 da AGE.

FACE AO EXPOSTO e considerando que o autuado não apresentou nenhuma argumentação ou alegação nova capaz de alterar ou modificar a decisão, opinamos pelo **indeferimento do Pedido de Reconsideração** apresentado com alteração do valor da multa para R\$10.001,00, por força do disposto no art. 96 do Decreto nº 44844/08, pela **Vice-Presidente da FEAM**.
É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2012.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754
Procuradoria da FEAM

Recebido.
Em 26/01/12

Gustavo Chaves Carneiro Machado
Procurador do Estado
Procurador - Chefe da FEAM
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7